



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

**Projeto de Lei Complementar n.º 12/2025**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**Ementa:** Institui as taxas do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, do Município de Cacimba de Areia e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal encaminhou o PLC nº 12/2025, com o propósito de instituir taxas relativas ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM). A proposição foi distribuída à Comissão de Justiça para emissão de parecer com base no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria versa sobre tributo de competência municipal (taxas), amparada pela Constituição Federal.

A iniciativa é adequada ao Prefeito, conforme a Lei Orgânica Municipal (princípio da simetria) e precedentes que atribuem à gestão municipal a matéria tributária.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

Não foram identificados vícios formais ou de constitucionalidade: o projeto está em consonância com a legislação federal, sobretudo no que diz respeito ao serviço de inspeção sanitária municipal.

Foi respeitado aos princípios do lançamento, anterioridade nonagesimal, legalidade e isonomia tributária.

As taxas previstas compatibilizam-se com o exercício do poder de polícia sanitária municipal, sendo relevante a análise dos valores, critérios e hipóteses de isenção no anexo do projeto.

É recomendável que o valor arrecadado seja vinculado à melhoria e modernização do SIM, conforme previsão de aplicação vinculada.

O Projeto está correto quanto ao tipo legislativo (Lei Complementar), competência da comissão e tramitação conforme o Regimento Interno Municipal e normas relevantes, inclusive previsão de consulta à Comissão de Finanças, caso haja questões orçamentárias relevantes.

**III – VOTO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, **voto pela REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 12/2025**, por entender que a proposição encontra-se revestida de regularidade formal e material, observando os princípios da legalidade, da iniciativa privativa e da boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 30 de julho de 2025.

  
DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS  
Relator





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão**

A **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em sessão de 30 de julho de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Executivo n.º 12/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA** – Presidente  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS** – Relator  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA** – Membro

Sala das Comissões, em 30 de julho de 2025.



**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA**  
Presidente da Comissão



**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator



**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA**  
Membro